

MAPEAMENTO DA DIVERSIDADE ÉTNICA DOS ALUNOS INDÍGENAS DO IEAA/UFAM NOS ÚLTIMOS 15 ANOS (2006-2021)

Larissa Monteiro Cruz ¹
Yasmim Cristina Sá Colares ²
Sara Cali Cabral Braga ³
Lana Veras Ferreira ⁴
José Roberto Gomes ⁵

RESUMO

O objetivo geral deste projeto é mapear a diversidade étnica dos alunos indígenas do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente (IEAA/UFAM) nos últimos 15 anos (2006-2021). Dado que, mesmo reconhecendo avanço nas políticas públicas de inserção dos indígenas nas universidades, o acesso e permanência de jovens indígenas no ensino superior é desafiador, pois ainda hoje os indígenas são considerados “minorias” e enfrentam diversas dificuldades de acesso a serviços básicos. Nesse sentido, o projeto baseia-se em uma pesquisa de cunho qualitativo, utilizando-se de coleta de dados bibliográficos, por meio de questões problema, e utilizando-se do método histórico, a fim de compreender como se deu o acesso de indígenas nos últimos 15 anos no Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente (IEAA), uma vez que em 2021 foi celebrado 15 anos de instauração do Instituto em Humaitá-AM. Para tanto, foi realizada nos últimos seis meses a revisão bibliográfica contínua, conforme o cronograma, a fim de aprofundar a temática e, posteriormente, a base teórica da análise. Assim como também foi realizada a solicitação de dados à Gerência e Assistência Educacional (GAEDU-IEAA) por meio de questões, com a finalidade de obter informações que visem responder o objetivo deste projeto. Destas questões, algumas obtivemos resposta e outras não. Assim, realizamos uma análise dos dados que temos à disposição e também discorremos sobre a ausência de outros dados.

Palavras-chave: Mapeamento, Indígenas, Ensino superior, Universidade, IEAA-UFAM.

INTRODUÇÃO

Ao final dos anos 90, o Brasil mantinha a educação superior indígena fora de qualquer agenda do governo, pois, naquele momento, a prioridade era implantar escolas de ensino básico nas terras indígenas. Dessa forma, a Constituição Federal de 1988 ficou conhecida como um divisor de águas, visto que “produziu uma virada conceitual que alterou significativamente as relações do Estado com os povos indígenas” (Bonin, 2008, p. 99 *apud*.

¹ Graduanda do Curso de Letras - Português e Inglês da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, larissamonteiro.1909@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, yasmimcolares7@gmail.com;

³ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, calisara863@gmail.com;

⁴ Graduanda do Curso de Letras - Português e Inglês da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, lanaveras1527@gmail.com;

⁵ Professor orientador: Doutor em Filosofia, professor pelo Curso de Pedagogia na Universidade Federal do Amazonas - UFAM, robertogomes@ufam.edu.br.

Bergamaschi; Doebbet; Brito, 2018, p. 39). Apesar disso, as ações que efetivamente contribuíram para o ingresso de estudantes indígenas no ensino superior são mais recentes, por meio de convênios entre a Fundação Nacional do Índio (Funai) e algumas instituições privadas e comunitárias. Além disso, o Programa Universidade para Todos (ProUni), iniciativa do Governo Federal, também tem sido de grande importância como uma forma de entrada de estudantes indígenas no ensino superior privado (Bergamaschi; Doebbet; Brito, 2018).

Por meio de cursos específicos, como o Programa de Licenciaturas Interculturais Indígenas (Prolind), criado pelo Ministério da Educação (MEC), e a oferta de vagas especiais ou suplementares nos cursos regulares, também conhecidos como cotas, é que foi possível a expansão do ingresso de indígenas no ensino superior público (Amaral, 2010 *apud*. Bergamaschi; Doebbet; Brito, 2018). Com isso, em 2004, registrou-se cerca de 1.300 estudantes indígenas do ensino superior e, após a implantação e cumprimento do Plano Nacional de Educação e de outras diretrizes, que consolidaram direitos indígenas, este número aumentou para, aproximadamente, 8 mil estudantes indígenas em 2012 (Lima, 2012 *apud*. Bergamaschi; Doebbet; Brito, 2018), o que simboliza um crescimento significativo.

No entanto, mesmo reconhecendo avanço nas políticas públicas de inserção dos indígenas nas Universidades, o acesso e permanência de jovens indígenas no ensino superior é desafiador, assim como para outros jovens autodeclarados pretos e pardos e de camadas populares da sociedade. Isso porque o tema ainda gera muita polêmica e é constantemente discutido o valor que as cotas possuem, havendo muitas opiniões controversas sobre a importância da aplicação de vagas especiais ou oportunidades de ingresso dirigidas para a chamada “minorias”.

Com isso, sabe-se que a região Amazônica é rica em diversidade e comporta a maior quantidade de povos indígenas no Brasil, com cerca de 440 mil indígenas e mais 180 povos conhecidos (IBGE, 2022). Apesar disso, ainda hoje os indígenas são considerados “minorias” e enfrentam diversas dificuldades de acesso a serviços básicos, como saúde e educação, principalmente, à educação superior. E, apesar das Ações Afirmativas, aplicadas com a finalidade de garantir vagas específicas para pretos, pardos e indígenas, em 2012, foram registrados apenas 8 mil estudantes indígenas no ensino superior.

Nesse contexto, este trabalho trata-se de uma pesquisa do Projeto de Iniciação Científica - PIBIC (2022/2023) do IEAA-UFAM, associada ao Grupo de Pesquisas Arandu e financiada pela FAPEAM, que se apoia na justificativa de que, no ano de 2021, o IEAA comemorou seus 15 anos de funcionamento e, uma vez que estamos na região Amazônica, na

qual se concentra o maior número de indígenas, com cerca de 440 mil indígenas e mais de 180 povos, além dos grupos isolados vê-se a necessidade de construir um mapa étnico do IEAA/UFAM.

Foi através da Portaria do Consuni 028/2005 que nasceu o Instituto de Educação Agricultura e Ambiente – IEAA Campus Vale do Rio Madeira, tendo sua implantação efetivada em 04 de outubro de 2006, no município de Humaitá-AM. Atualmente, o IEAA oferta seis cursos de graduação, sendo dois cursos de bacharelado (Engenharia Ambiental e Agronomia), três cursos de dupla licenciatura (Letras – Português e Inglês, Química e Biologia, Matemática e Física) e o curso de Pedagogia. Além disso, o IEAA oferta dois cursos de pós-graduação a nível de mestrado, garantindo a continuidade de estudos para muitos estudantes, tendo ao total, aproximadamente, 1.200 alunos matriculados.

Dessa forma, será possível obter um panorama geral dos alunos indígenas que frequentaram a Universidade nos últimos 15 anos (2006-2021), bem como analisar se o sistema de assistência e permanência, como as cotas, está sendo devidamente aplicado para estes estudantes. Além disso, recentemente, o IEAA/UFAM completou seus 15 anos de existência, o que torna o mapeamento étnico ainda mais memorável, por registrar a história cultural da instituição e dos estudantes que por ela passaram.

Desse modo, esta pesquisa objetiva realizar um mapeamento étnico dos estudantes indígenas no Instituto dos últimos 15 anos, considerando algumas questões problema: a quantidade de vagas reservadas para os estudantes indígenas têm sido usadas? Quantas e quais etnias acessaram e acessam o ensino superior no IEAA? Quantos estudantes indígenas concluíram o curso? Quais cursos têm maior ou menor presença de estudantes indígenas? Qual a percentagem de alunos divididos por sexo distribuído por curso? Quais impactos da presença de estudantes indígenas no IEAA se tornam visíveis no decorrer de sua história?

Dessa forma, esta pesquisa se fundamenta na trajetória acadêmica e nos desafios dos alunos indígenas no ensino superior, no município de Humaitá-AM (Bernardo, 2020), bem como nos estudos das políticas de acesso e permanência de estudantes indígenas nas universidades brasileiras (Bergamaschi; Doebbet; Brito, 2018) e nos aspectos históricos e interculturais acerca dos jovens indígenas nas universidades brasileiras (Ressureição; Sampaio, 2015). Além disso, também aborda uma análise dos “porquês” das cotas indígenas no acesso ao ensino superior (Cardoso, 2020). Por fim, a pesquisa assume um caráter qualitativo, fazendo uso de pesquisa bibliográfica e do método histórico para coletar e analisar os dados (Marconi; Lakatos, 2003).

METODOLOGIA

A pesquisa foi de cunho qualitativo, utilizando-se de coleta de dados bibliográficos e utilizando-se do método histórico. Segundo, Marconi e Lakatos (2003), o método histórico, promovido por Boas, parte do princípio de que “as atuais formas de vida social, as instituições e os costumes têm origem no passado, [e, por isso] é importante pesquisar suas raízes, para compreender sua natureza e função” (p. 106-107). Dessa forma, esse método consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado a fim de verificar suas influências na sociedade atual. Ainda de acordo com Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica se constitui de oito etapas, que são: escolha do tema, elaboração do plano de trabalho, identificação, localização, compilação, fichamento, análise e interpretação e, por fim, redação. O estudo baseado em fontes bibliográficas tem grande importância, pois explora dados e traz “informações concatenadas por um caminho científico capaz de despertar novas reflexões em torno do tema explorado” (Cardoso, 2020, p. 3).

Desse modo, estabelece-se a constituição do presente trabalho de investigação bibliográfica, sendo sua natureza e seus objetivos componentes fundamentais na escolha ou definição do método a ser aplicado e dos procedimentos de análise dos dados recolhidos. Neste sentido, o método de trabalho está ancorado em três momentos: no primeiro momento, foi feita uma busca e consulta de dados juntamente à Gerência e Assistência Estudantil (GAEDU) do IEAA; no segundo momento, foi feita a análise documental dos dados; e, por fim, no terceiro momento, houve elaboração e sistematização dos dados coletados, que resultará em um mapeamento étnico do Instituto, bem como um relatório final da pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO

É importante definir alguns conceitos acerca das vagas reservadas para indígenas. Segundo Amaral (2010), as cotas e as vagas especiais ou suplementares são distintas, pois, enquanto as cotas tratam-se da definição de um número determinado de vagas para um grupo social específico dentro do quadro de vagas gerais, as vagas especiais ou suplementares são caracterizadas por exceder o número de vagas gerais, sem afetar a concorrência dos outros candidatos. Assim, algumas universidades oferecem as vagas especiais ou suplementares como forma de ingresso para estudantes indígenas, no entanto, justamente por serem vagas suplementares, essas vagas não possuem garantia de recursos no orçamento da universidade, o

que acaba prejudicando consideravelmente a permanência desses alunos no ensino superior (Paula, 2013). Além disso, não são todas as universidades que dispõem dessa modalidade, sendo mais comum apenas a aplicação das cotas para Pretos, Pardos e Indígenas.

Ainda sobre esse assunto, sabe-se que a Região Norte comporta o maior número de indígenas do país, porém apenas 35% das IES públicas possuem ações afirmativas, ou seja, não se verifica uma quantidade proporcional de ações afirmativas em regiões que concentram grandes números de indígenas. Ao contrário disso, na Região Sul há menor número de populações indígenas e um número maior de ações afirmativas, com cerca de 61,9% das IES públicas adequadas (Paladino, 2012). Sabendo disso, partiremos para os resultados e discussões.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, foi realizada a solicitação de dados à Gerência e Assistência Educacional (GAEDU-IEAA), de acordo com a descrição metodológica do projeto, através de Ofício encaminhado pelo SEI em setembro de 2022. As informações requeridas foram enviadas em formato de perguntas, totalizando seis, das quais: 1) Qual a quantidade de vagas reservadas para estudantes indígenas nos últimos 15 anos (2006-2021) no IEAA?; 2) Quantas dessas vagas reservadas nos últimos 15 anos (2006-2021) foram utilizadas para ingresso de indígenas no IEAA?; 3) Quantas e quais etnias acessaram o ensino superior nos últimos 15 anos (2006-2021) no IEAA?; 4) Quantos estudantes indígenas concluíram o curso nos últimos 15 anos (2006-2021) no IEAA?; 5) Quais cursos têm maior ou menor presença de estudantes indígenas?; 6) Qual a porcentagem de indígenas separados por sexo distribuído por curso nos últimos 15 anos (2006-2021) no IEAA?

Seguem as questões com os devidos resultados obtidos e as referentes discussões:

1) Qual a quantidade de vagas reservadas para estudantes indígenas nos últimos 15 anos (2006-2021) no IEAA?

Não obtivemos resposta sobre o quantitativo de vagas reservadas para estudantes indígenas e nem a razão da ausência desses dados. Isso aponta para uma desvalorização dos povos originários na região em que estão presentes em maior número, sendo mais acolhidos com as políticas públicas em outras regiões que já não estão presentes em grande quantidade. Além disso, evidencia uma problemática em relação à aplicabilidade das ações afirmativas em regiões como o sul do Amazonas, pois não há registros se realmente há vagas reservadas à comunidade indígena e, conseqüentemente, quais as oportunidades de ingresso no ensino superior.

2) Quantas dessas vagas reservadas nos últimos 15 anos (2006-2021) foram utilizadas para ingresso de indígenas no IEAA?

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
														9			
Agronomia	02	---	---	01	---	01	02	02	---	01	01	04	---	03	---	---	17
Engenharia Ambiental	01	---	---	01	---	---	01	01	---	02	04	---	02	04	---	---	16
Biologia e Química	01	---	---	---	---	01	---	01	---	---	---	---	02	02	---	01	08
Pedagogia	---	---	---	02	01	---	01	---	---	---	02	---	---	01	01	---	08
Letras	---	---	---	---	---	---	---	01	01	---	---	01	01	02	---	---	06
Matemática e Física	---	---	02	---	01	01	---	01	---	---	---	03	05	01	---	---	14
Quantitativo Final																	69

Observando o quadro acima, pode-se verificar que, durante os 15 anos de IEAA, apenas 69 indígenas autodeclarados passaram pelo instituto e o número de ingressantes em cada curso, por ano, foi sempre entre um e quatro, com exceção do curso de Matemática e Física no ano de 2018, que teve cinco ingressantes. Por conseguinte, no ano de 2007 não houve nenhum registro de entrada de alunos indígenas em nenhum dos cursos. Além disso, enquanto os cursos de Agronomia, Engenharia Ambiental e Biologia e Química já recebiam ingressantes indígenas desde 2006, o curso de Matemática e Física recebeu os dois primeiros ingressantes em 2008; o de Pedagogia, em 2009; e o curso de Letras só foi receber o primeiro ingressante indígena em 2013, sendo o único do ano. Também é possível observar que há grandes intervalos sem entrada de alunos em cada curso, ou seja, no curso de Biologia e Química, por exemplo, há dois grandes intervalos de quatro anos sem ingressantes indígenas, entre 2006-2011 e 2013-2018.

Diante desses dados, podem ser formuladas algumas questões problema, como: qual ou quais seriam os motivos para tão poucos ingressantes? Por que intervalos de ingressos tão longos entre um ano e outro? Por que o curso de Letras demorou tanto tempo para receber seus primeiros ingressantes indígenas? Esses alunos registrados são realmente todos os alunos indígenas que passaram pelo Campus, ou teriam também alunos indígenas não declarados ou que ingressaram através da ampla concorrência? Qual seria a razão de ingressarem através da ampla concorrência sem autodeclarar a etnia?

3) Quantas e quais etnias acessaram o ensino superior nos últimos 15 anos (2006-2021) no IEAA?

Essa informação também não foi disponibilizada e também não foi justificada a

ausência da resposta à questão. A ausência do registro das etnias dos alunos que frequentam o instituto é preocupante, pois pode indicar uma generalização dos sujeitos indígenas, considerando que existem inúmeras etnias e cada uma com suas particularidades e singularidade cultural. Dessa forma, essa situação aponta para uma negligência das partes responsáveis, pois, ano após ano, estudantes indígenas ingressam no instituto sem que sua etnia tenha sido notada e registrada. Qual teria sido o motivo para não obterem o registro das etnias? Além de que, a informação levantada em nossa questão é imprescindível para o resultado dessa pesquisa, pois o objetivo principal é mapear a diversidade étnica dos alunos indígenas do instituto. No entanto, não é possível realizar esse mapeamento sem o registro das etnias.

Com base nisso, seria possível considerar, então, que a instituição de ensino estaria reproduzindo um olhar presente na sociedade em geral, ao supor que todos os indígenas são iguais, não necessitando de especificação de suas etnias. Assim, os indivíduos dessa sociedade observam os demais grupos de pessoas, os “diferentes”, sempre como “os outros”, em que a única característica relevante é a sua etnia ou o estereótipo associado à ela. Ou seja, de modo geral, a sociedade ainda compreende os indígenas apenas como “índios”, desconsiderando suas cosmologias e suas características culturais particulares.

4) Quantos estudantes indígenas concluíram o curso nos últimos 15 anos (2006-2021) no IEAA?

	Formado	Desistente	Jubilado	Sem Evasão
Agronomia	04	04	02	07
Engenharia Ambiental	01	02	02	11
Biologia e Química	01	---	02	05
Pedagogia	03	01	02	02
Letras	01	02	---	03
Matemática e Física	01	02	02	09
Total	11	07	08	37

Esse quadro, em complemento ao primeiro apresentado, permite observar que dos 69 alunos indígenas que ingressaram no instituto, apenas 11 alunos indígenas se formaram, em 15 anos. Os cursos que mais formaram indígenas até então foram Agronomia e, em segundo lugar, Pedagogia, com 4 e 3 estudantes formados, respectivamente, enquanto os demais cursos formaram apenas 1 estudante cada. Apesar disso, ainda há 37 estudantes regulares, sem

evasão, que podem chegar a se formar no instituto. Ao longo desses anos, foram registradas 7 desistências ao total e 8 estudantes foram jubilados, ou seja, passaram do período estipulado para se formarem. O curso com maior taxa de formação e, ao mesmo tempo, de desistência é Agronomia. Os cursos que mantêm o maior número de alunos regulares no curso são Engenharia Ambiental, com 11 alunos; seguido de Matemática e Física, com 9; Agronomia, com 7; e Biologia e Química, com 5. Conseqüentemente, os cursos com menos alunos regulares são Pedagogia, com 2 alunos; e Letras, com 3.

Esses dados nos mostram que a entrada de alunos indígenas no instituto não garante, necessariamente, a sua formação no curso, pois muitos desses alunos ingressantes desistem, são jubilados ou ainda continuam no curso, mas sem se formar. Então, isso nos faz pensar quais as dificuldades esses alunos enfrentaram ou enfrentam ao realizar o curso? O que ainda falta para que esses alunos regulares finalmente concluam sua graduação?

5) Quais cursos têm maior ou menor presença de estudantes indígenas?

Segundo os dados repassados, o curso com maior presença de alunos indígenas é o curso de Agronomia e o curso com menor presença é o de Letras Português e Inglês. A partir disso, é importante considerar o contraste entre esses dois cursos de graduação: um é a nível de bacharelado e na área de exatas, enquanto o outro é de licenciatura na área de humanas. Dessa forma, percebe-se que o curso de Letras é o menos procurado ou o menos acessado pela comunidade indígena, o que indica que o IEAA não está formando professores indígenas. Com isso, é importante considerar que durante a implementação do programa de fomento ao ingresso de indígenas no ensino superior, no Governo Lula, “as políticas públicas de educação superior indígena tiveram como foco, principalmente, a formação de professores indígenas em nível superior” (Souza Lima, 2008 *apud*. Paladino, 2012, p. 179). Contudo, esse é o ponto em questão: a busca por um curso de licenciatura para a comunidade indígena abriu uma demanda por cursos específicos com licenciaturas interculturais, o que não é o caso de Letras no IEAA. Assim, qual seria a problemática existente nesse curso para que este seja o menos procurado, até mesmo entre as licenciaturas? Em contrapartida, quais vantagens o curso de Agronomia apresenta para esses ingressantes que não são encontrados no curso de Letras e nos demais cursos?

6) Qual a porcentagem de indígenas separados por sexo, distribuído por curso, nos últimos 15 anos (2006-2021) no IEAA?

	Feminino	Masculino
Agronomia	07	07
Engenharia Ambiental	08	08
Biologia e Química	06	02
Pedagogia	06	02
Letras	04	02
Matemática e Física	08	04
Total	39	25

Os alunos indígenas discriminados abaixo ingressaram no curso de Agronomia, mas desistiram e após reingressaram nos anos que seguem:

Ingresso	Reingresso
2006 - Angela Maria Santos Souza	2011
2009 - Luiz Alberto Belmiro da Silva	2013 e 2019

Os alunos indígenas discriminados abaixo ingressaram no curso de Matemática e Física, mas desistiram e após reingressaram nos anos que seguem:

Ingresso	Reingresso
2010 - Rita Lee Marques de Olivera	2018
2011 - Raul Seixas Marques de Oliveira	2013

Esse quadro informa quantos estudantes do sexo masculino e do sexo feminino estão presentes em cada curso. Vale lembrar que essa análise não abrange questões de gênero, pois seria necessário um aprofundamento teórico maior e mais tempo para coletar dados e analisá-los. Contudo, é possível observar que dois cursos estão em equilíbrio quanto à presença de indígenas do sexo masculino e do sexo feminino, a saber: Agronomia e Engenharia Ambiental. Enquanto isso, os demais cursos possuem maior presença de estudantes do sexo feminino, estando em destaque o curso de Matemática e Física com 8 estudantes do sexo feminino e 4 do sexo masculino. Em seguida, os cursos de Biologia e Química e Pedagogia possuem o mesmo quantitativo: 6 estudantes do sexo feminino e 2 do sexo masculino. Por fim, o curso de Letras, com 4 estudantes do sexo feminino e 2 do sexo masculino. Em geral, os cursos do IEAA receberam maior presença de estudantes do sexo feminino, totalizando 39 estudantes.

Qual a razão para que estudantes do sexo feminino estejam em maior número na universidade? De que forma as relações dentro e fora da comunidade indígena influenciam nesse quantitativo? Por que estudantes do sexo masculino não estão tão presentes no nível

superior em relação a estudantes do sexo feminino?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados obtidos e das análises realizadas, é possível concluir que os alunos indígenas ainda não são tão visíveis dentro da universidade, mesmo em locais em que há maior presença de comunidades indígenas. No IEAA, ingressaram um total de 69 alunos indígenas ao longo dos 15 anos. Com isso, a presença de indígenas é maior nos cursos de ciências exatas, como Agronomia e Engenharia Ambiental, em oposição aos cursos de licenciaturas, em que há menor presença, especialmente Letras. Isso aponta para uma escassez na formação de professores indígenas na área de línguas e literatura na cidade de Humaitá/AM. Por conseguinte, encontra-se maior presença de estudantes indígenas do sexo feminino nos cursos em geral, mantendo equilíbrio no número de estudantes do sexo feminino e masculino nos cursos de Agronomia e Engenharia Ambiental. Por fim, percebe-se que o número de estudantes que se formaram ao longo desses 15 anos foi drasticamente inferior ao número de ingressantes neste mesmo período, pois, de 69 ingressantes, apenas 11 alunos se formaram sem levar em consideração se são do sexo feminino ou masculino. Além disso, consideramos que a ausência de dados já é um dado e, com isso, observamos a falta de registro das etnias presentes no instituto apontando para uma negligência e generalização dos estudantes indígenas, uma vez que cada etnia possui suas singularidades e cosmovisões.

Essas informações levantadas, me faz questionar as políticas públicas voltadas às comunidades indígenas, visto que a educação superior em Humaitá/AM ainda precisa melhorar muito no acolhimento de alunos indígenas, não só com ações afirmativas e com a oferta de cursos que supram as demandas das comunidades, mas também na conscientização e na formação de pensamento crítico dos indivíduos que frequentam a Universidade. Isso porque, durante esses 4 anos em que estive no IEAA, não pude sentir a presença da comunidade indígena entre os alunos, como se, os poucos que ali estão, vivessem escondidos ou até desunidos. Claramente isso não é culpa dos discentes indígenas ou de alguém em específico, mas sim de uma estrutura maior em que se manifesta como um sintoma de uma comunidade acadêmica fechada para debates sociais. Me pergunto se esses estudantes estão sendo acolhidos e tendo voz dentro da instituição e, muito mais, se estão realmente conseguindo alcançar a oportunidade de ingresso no ensino superior.

Por conseguinte, apesar de dados consideráveis, conclui-se que não há registros suficientes que possibilitem maior aprofundamento no tema, seria necessário muito mais

tempo pesquisando sobre esse tema. Dessa forma, este trabalho foi capaz de contribuir para o levantamento de novas questões, o que torna necessário que mais pesquisadoras e pesquisadores se envolvam na temática e busquem refletir acerca dessas problemáticas. Além disso, esta pesquisa pode abrir caminho para a reflexão de possíveis soluções acerca das problemáticas observadas, como: a ausência do registro de etnias; a escassez de alunos indígenas no curso de Letras; o número consideravelmente baixo de alunos ingressantes e, muito mais, de alunos formados; etc.

Para que o acesso de estudantes indígenas seja maior, o instituto pode tentar rever o PPC dos cursos e avaliar se estes são palpáveis para a comunidade indígena. É preciso que a universidade ofereça vagas para indígenas e que aplique ações afirmativas para manter estes alunos dentro dos cursos, bem como enfatizar a divulgação de informações importantes, dos prazos, das maneiras de ingresso, etc, para que estes alunos possam visualizar suas oportunidades e opções. E, ao ingressarem, esses alunos precisam de acompanhamento e apoio, pois, se manter na universidade, pode ser muito desafiador quando, desde o início, não há suporte suficiente, principalmente para estudantes indígenas.

REFERÊNCIAS

BERGAMASCHI, M. A.; DOEBBER, M. B.; BRITO, P. O. **“Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência”**. Rev. bras. Estud. Pedagóg., Brasília, v. 99, n. 251, p. 37-53, jan./abr. 2018.

BERNARDO, A. de L. **“A trajetória acadêmica e os desafios dos alunos indígenas do ensino superior no município de Humaitá-AM”**. 2020. Orientadora: Adriana Francisca de Medeiros. TCC de Graduação (Licenciatura Plena em Pedagogia) - Universidade Federal do Amazonas.

CARDOSO, R. E. R. **“Os ‘porquês’ das cotas indígenas no acesso ao ensino superior”**. Revista Encantar – Educação, Cultura e Sociedade – Bom Jesus da Lapa, v. 2, p. 01-15, jan./dez. 2020.

CTIC-UFAM, Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação. **“Em solenidade de 15 anos de criação do IEAA, reitor e vice-reitora anunciam pedido de emenda parlamentar para o Instituto de Humaitá”**. 2021. Disponível em: <https://ufam.edu.br/noticias-destaque/3072-em-solenidade-de-15-anos-de-criacao-do-ieaa-reitor-e-vice-reitora-anunciam-pedido-de-emenda-parlamentar-para-o-instituto-de-humaita.html>. Acesso em: 12 fev 2022.

IBGE. **“Municípios com as maiores populações indígenas do País”**. 2010. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>. Acesso em: 26 mar 2022.

PAULA, Luis Roberto de. **O ensino superior indígena como política pública: elementos para a construção de um modelo metodológico de avaliação e comparação de experiências locais**. Rev. bras. Estud. pedagóg. (online), Brasília, v. 94, n. 238, p. 795-810, set./dez. 2013.



MANAUS (AM). **Edital nº 19 – adesão do sistema de seleção unificado – Sisu 2º/2021**. SEI nº 0620168. Referência do Processo: 23105.024579/2021-66.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. “**Fundamentos de Metodologia Científica**”. São Paulo: Editora Atlas S.A. 5ª ed. 2003.

PALADINO, Mariana. **Algumas notas para a discussão sobre a situação de acesso e permanência dos povos indígenas na educação superior**. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 7, Número Especial, p. 175-195, dez. 2012. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 14 jun 2023.

RESSURREIÇÃO, S. B. da; SAMPAIO, S. M. R. “**Jovens indígenas nas universidades brasileiras: alguns aspectos históricos e interculturais**”. Re. Bras. Educ., Maringá-PR, v. 15, n. 3 (39), p. 109-139, setembro/dezembro 2015.